

1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE ELVAS**Anúncio n.º 10831/2011****Processo n.º 1208/06.0TBELV**

Encerramento de Processo nos autos de Insolvência acima identificados em que são:

Insolvente: JOVEL — Alumínios e Forjados, L.^{da}, Endereço: Rua D. João de Portugal, 16, 7370-000 Campo Maior; e

Administradora de Insolvência: Dra. Vera Lúcia Ladeira Rodrigues, com domicílio na Rua Luís de Camões, Carvalhais, 3780-476 Moita;

Ficam notificados todos os interessados, de que o processo supra-identificado, foi encerrado.

A decisão de encerramento do processo foi determinada após a realização do rateio final (artigo 230.º, n.º 1, alínea a) do CIRE.

Efeitos do encerramento:

a) Cessam todos os efeitos que resultam da declaração de insolvência, recuperando designadamente o devedor o direito de disposição dos seus bens e a livre gestão dos seus negócios, sem prejuízo dos efeitos da qualificação da insolvência como culposa e do disposto no artigo seguinte;

b) Cessam as atribuições da comissão de credores e do administrador da insolvência, com excepção das referentes à apresentação de contas e das conferidas, se for o caso, pelo plano de insolvência;

c) Os credores da insolvência poderão exercer os seus direitos contra o devedor sem outras restrições que não as constantes do eventual plano de insolvência e plano de pagamentos e do n.º 1 do artigo 242.º, constituindo para o efeito título executivo a sentença homologatória do plano de pagamentos, bem como a sentença de verificação de créditos ou a decisão proferida em acção de verificação ulterior, em conjugação se for caso, com a sentença homologatória do plano de insolvência

d) Os credores da massa podem reclamar do devedor os seus direitos não satisfeitos — alíneas a) a d) do n.º 1 do artigo 233.º do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas.

8 de Julho de 2011. — A Juíza de Direito, *Helena Isabel Correia Candeias*. — A Escrivã de Direito, *Margarida dos Santos*.

304899346

1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE ESPINHO**Anúncio n.º 10832/2011****Processo: 801/10.1TBESP-B**

Prestação de contas de administrador (CIRE)

N/Referência: 2613765

Insolvente: José Manuel Moreno

Credor: Banco Mais, S. A., e outro(s).

A Dr.ª Beatriz Ribeiro Correia, Juiz de Direito deste Tribunal, faz saber que são os credores e o insolvente José Manuel Moreno, nascido em 08-01-1966, natural de Angola, nacional de Portugal, NIF 154037621, BI 7324742, Endereço: R. 20, 1436, 1.º Dtº, 4500 Espinho, notificados para no prazo de 5 dias, decorridos que sejam dez dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo administrador da insolvência (Artigo 64.º n.º 1 do CIRE).

O prazo é contínuo, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

29-06-2011. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Beatriz Ribeiro Correia*. — O Oficial de Justiça, *Cremilde Saragoça Maia*.

304942948

3.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE FAFE**Anúncio n.º 10833/2011****Processo: 998/11.3TBFAF — Insolvência pessoa colectiva (Apresentação)**Insolvente: Impossível — Companhia de Tradins L.^{da}

Convocatória de Assembleia de Credores nos autos de Insolvência acima identificados em que são:

Insolvente: Impossível — Companhia de Tradins L.^{da}, NIF — 503853593, com sede na Rua José Cardoso Vieira de Castro, 4820-269 Fafe

Administradora da Insolvência: Elisabete Gonçalves Pereira, com escritório na Av. de Londres — Praça Londrina, Urb. dos Pombais, Bloco B-3, Sala 5, 4835-067 Guimarães

Ficam notificados todos os interessados, de que no processo supra identificado, foi designado o dia 02-09-2011, pelas 09:30 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores, para apreciação do relatório.

Os credores podem fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da Comissão de Trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do Artigo 72.º do CIRE).

Ficam advertidos os titulares de créditos que os não tenham reclamado, e se ainda estiver em curso o prazo fixado na sentença para reclamação, de que o podem fazer, sendo que, para efeito de participação na reunião, a reclamação pode ser feita na própria assembleia (alínea c n.º 4 do Artigo 75.º do CIRE).

N/Referência: 2380681

19-07-2011. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Isilda Josefa Neves Rato Namora*. — O Oficial de Justiça, *Joaquim Fernando Pereira Alves*.

304936865

1.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE FARO**Anúncio n.º 10834/2011****Processo: 1268/11.2TB FAR**

Insolvência pessoa singular (Apresentação)

N/Referência: 5722355

Insolvente: Alexandre Soares Henriques de Carvalho e outro(s).

Credor: Banco Santander Totta S A e outro(s).

Encerramento de Processo nos autos de Insolvência acima identificados em que são:

Insolventes: Alexandre Soares Henriques de Carvalho, NIF — 230649025, com endereço na Horta dos Fredericos, Bom João, 8000-025 Faro, e, Maria de Lurdes Almeida da Graça Henriques de Carvalho, NIF — 233523936, com endereço na Horta dos Fredericos, Bom João, Frente Apeadeiro Bom João, 8000-000 Faro, e, administrador da insolvência: Florentino Matos Luís, Endereço: Av. Almirante Gago Coutinho, N.º 48-A, 1700-031 Lisboa, ficam notificados todos os interessados, de que o processo supra identificado, foi encerrado.

A decisão de encerramento do processo foi determinada por: insuficiência da massa insolvente.

Efeitos do encerramento: apenas prosseguindo os seus termos o incidente de qualificação de insolvência, com carácter limitado, e sem prejuízo da tramitação que se prende com o pedido de exoneração do passivo restante nos autos formulado.

11-07-2011. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Regina de Meireles Dias*. — O Oficial de Justiça, *Domingos José Ferreira Nunes*.

304909276

Anúncio n.º 10835/2011**Processo: 2106/11.1TB FAR**

Insolvência pessoa colectiva (Apresentação)

N/Referência: 5727162Insolvente: Teo — Comércio de Malas e Novidades, L.^{da}

Credor: Idalina de Almeida Barros Louro e outro(s).

Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de Insolvência acima identificados

No Tribunal Judicial de Faro, 1.º Juízo Cível de Faro, no dia 14-07-2011, pelas 16 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência do(s) devedor(es):

Teo — Comércio de Malas e Novidades, L.^{da}, NIF — 500282390, Endereço: Avenida 5 de Outubro N.º 38 B, Faro, 8005-167 Faro, com sede na morada indicada.

É administradora da devedora: Idalina de Almeida Barros Louro, Endereço: Av.ª 5 de Outubro, N. 38 B, 8005-167 Faro, foi fixada a residência da administradora da devedora, bem como da própria devedora, no domicílio supra indicado.

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio.

Florentino Matos Luís, Endereço: Av.ª Almirante Gago Coutinho N.º 48 — A, 1700-031 Lisboa

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno.

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do Artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 12-09-2011, pelas 14 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da Comissão de Trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do Artigo 72.º do CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

Informação

Plano de Insolvência

Pode ser aprovado Plano de Insolvência, com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua repartição pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192.º do CIRE).

Podem apresentar proposta de Plano de Insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do Sr. Juiz (artigo 193.º do CIRE).

14-07-2011. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Regina de Meireles Dias*. — O Oficial de Justiça, *Domingos José Ferreira Nunes*.

304920412

4.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DO FUNCHAL

Anúncio n.º 10836/2011

Processo: 4875/10.7TBFUN-E — Prestação de contas administrador (CIRE)

Insolvente: Komunovo, L.ª

Credor: Centro de Segurança Social da Madeira

A Dr.ª Carla Maria Silva Ribeiro Menezes, Juiz de Direito deste Tribunal, faz saber que são os credores e a/o insolvente Komunovo, L.ª, NIF — 511200579, Endereço: Caminho do Tanque N.º 1, Monte, 9000-000 Funchal, notificados para no prazo de 5 dias, decorridos que sejam dez dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo administrador da insolvência (Artigo 64.º n.º 1 do CIRE).

O Prazo é contínuo, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

N/Referência: 6580742

12 de Abril de 2011. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Carla Maria Silva Ribeiro Menezes*. — O Oficial de Justiça, *Damião Nascimento*.

304575775

5.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE GUIMARÃES

Anúncio n.º 10837/2011

Prestação de contas administrador (CIRE) n.º 2653/09-G

Administrador Insolvência: Daniela Fernandes

A Dra. Rita Mota Soares, Juiz de Direito deste Tribunal, faz saber que são os credores e a/o insolvente(o) Construções Aufesi, Unipessoal, L.ª, NIF — 507280407, Endereço: Rua Emilio Castelar Guimarães, Ponte, 4805-256 Ponte — Guimarães, notificados para no prazo de 5 dias, decorridos que sejam dez dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo administrador da insolvência (Artigo 64.º n.º 1 CIRE).

O prazo é contínuo, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Ref. N.º 8167084

07-07-2011. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Rita Mota Soares*. — O Oficial de Justiça, *Maria José Pereira Gomes*.

304892314

2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE LAGOS

Anúncio n.º 10838/2011

Processo: 638/11.0TBLGS — Insolvência pessoa singular (Requerida)

n/referª 2217890 de 06-07-2011

No Tribunal Judicial de Lagos, 2.º Juízo de Lagos, no dia 04-07-2011, pelas 19.30 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência do devedor:

Luís Filipe Leandro Faria, estado civil: Solteiro, natural de Angola, NIF — 137527381, BI — 7904297, residente na Rua das Flores, Barão de S. Miguel, 8650 Vila do Bispo, com domicílio na morada indicada.

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio. Luís Miguel Batista Teles Nogueira, com escritório na Rua das Oliveiras, N.º 20, Fanqueiro, 2670-362 Loures

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno (alínea i do artigo 36.º CIRE)

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 15 (quinze) dias.